

# **Um chamado à rebelião: um projeto socialista contra a crise capitalista!**

## **IMPULSIONAR UMA REBELIÃO PARA CONSTRUIR UM GOVERNO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES!**

### **PROGRAMA SOCIALISTA PARA O PAÍS E O DF!**

Em nossa compreensão os maiores problemas da maioria da população do Distrito Federal só serão resolvidos com mudanças profundas no país. Por isso, começamos por reivindicar o programa nacional apresentado pela nossa chapa à presidência da república Vera Lúcia e Hertz Dias.

Em meio à profunda crise econômica, política e social e ao enorme desgaste desta democracia dos ricos que temos no Brasil, a classe dominante, a mídia e também as organizações de colaboração de classes e os reformistas se voltam para as eleições. Dizem que as eleições são a solução para todos os males. Desta vez, porém, não encontram entusiasmo entre os de baixo. Pelo contrário, por baixo mora a desconfiança sobre todos eles, a indignação e a energia que fermentam a rebelião social que precisa ser feita para mudar nosso país.

As eleições são o terreno da burguesia. Terreno antidemocrático e fraudulento, no qual impera o privilégio do tempo de TV e rios de dinheiro de banqueiros e grandes empresários para os grandes partidos que governam há muito tempo. O voto do povo só serve para legitimar a fraude.

De forma geral, devem se apresentar três projetos capitalistas: um conservador-ditatorial (Jair Bolsonaro); outro capitalista neoliberal puro (Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Rodrigo Maia etc.); e outro capitalista social-liberal ou democrático-reformista de colaboração de classes com a burguesia (PT, PCdoB, PSOL, que, se não estiverem juntos no primeiro turno, estarão no segundo, com base em propostas muito parecidas).

As eleições não vão mudar a vida. Só uma revolução socialista, que liberte o país da dominação do imperialismo e ponha fim à grande propriedade capitalista, pode mudar o Brasil e a vida do nosso povo. Esse é o único caminho que pode nos libertar deste cativeiro social, para usar as palavras da escola de samba Paraíso do Tuiuti no Carnaval.

Mas, este ano vai ser atravessado pelas eleições, e nossa classe vai ser bombardeada por todo tipo de mentiras e propostas da burguesia e do reformismo. Diante disso, temos a obrigação de apresentar uma alternativa operária, socialista e revolucionária para o país e fazer da defesa dessa alternativa uma campanha a serviço da organização dos de baixo para derrubar os de cima como diz o lema do movimento Luta Popular.

A tarefa de apresentar e defender junto à classe trabalhadora essa alternativa não é só do PSTU. É também de centenas, talvez milhares de ativistas socialistas que estão todos os dias na luta nas fábricas, nas ocupações, nas favelas, nas escolas, na juventude pobre e negra, nas batalhas de hip hop, nos slam, nos movimentos populares de trabalhadores agrícolas, camponeses sem terra, indígenas, imigrantes superexplorados pelos patrões brasileiros.

### **A SAÍDA PARA A CRISE É SOCIALISTA**

I- Sem romper com o imperialismo e o capitalismo, seguiremos reféns do “mal menor”, de disputas entre blocos burgueses e falsas escolhas. Só é possível garantir emprego, salário, saúde, moradia, acabar com as opressões, a violência e a corrupção, tomando medidas como estas:

- 1) Romper com o capitalismo para garantir soberania nacional, o fim da desigualdade, da opressão e da violência
  - Suspensão do pagamento da dívida aos banqueiros e realização de uma auditoria. Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, proibição da remessa de lucros para o exterior e controle de capitais.

- Revogação de todas as reformas neoliberais de Temer (também de Collor, FHC, Lula e Dilma).
- Nacionalização e estatização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, do sistema financeiro.
- Reestatização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, de todas as estatais privatizadas.
- Estatização sem indenização e sob controle dos trabalhadores das empresas monopolistas, especialmente as multinacionais. Também as envolvidas em corrupção.
- Estatização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, de empresas que provocam desastres ambientais, como a Vale/Samarco, agronegócio e indústria extrativista. Proibir a privatização e desnacionalização da água.

## 2) Por emprego, salário, terra e direitos

- Direito ao trabalho e emprego para todos: redução da jornada sem redução do salário, dividindo as horas de trabalho para que todos possam trabalhar sem rebaixar os salários; criação de um plano de obras públicas necessárias.
- Salário mínimo do Dieese: em janeiro de 2018, esse salário seria de R\$ 3.752.
- Saúde, transporte e educação públicos, gratuitos e de qualidade; moradia e saneamento básico.
- Aposentadoria digna: abaixo a reforma da Previdência de Temer e abaixo o fator previdenciário.
- Reforma agrária para os camponeses sem terra; emprego, salários e direitos para operários agrícolas.

## 3) Fim de todo preconceito, opressão, corrupção e violência. Defesa das liberdades democráticas! Não pode ser livre quem oprime o outro!

- Combate ao racismo e ao mito da democracia racial: reparações históricas, inclusão da disciplina História da África e dos AfroBrasileiros no currículo escolar, respeito às diferenças e fim das desigualdades entre brancos e negros. Abaixo o racismo religioso, fim da superexploração, do genocídio da juventude pobre e negra, do feminicídio e dos estupros coletivos contra as mulheres negras e pobres da periferia.
- Combate ao machismo: em defesa da mulher trabalhadora; fim de toda violência; igualdade e direitos para as mulheres (aborto livre público e gratuito, creches, salário igual para trabalho igual).
- Fim da LGBTfobia e da transfobia. Estamos por um estado laico, uma educação e um sistema de saúde que respeite a diversidade da nossa classe. Lutamos contra qualquer forma de violência, pelo reconhecimento do nome social e das identidades trans; a criminalização da LGBTfobia, a despatologização da Transexualidade.
- Fim da xenofobia: documentos para os trabalhadores imigrantes e direitos iguais aos dos trabalhadores brasileiros.
- Regulamentação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas.
- Fim de toda a violência contra os lutadores, fim do genocídio contra a juventude pobre e negra da periferia e do encarceramento em massa e sem julgamento.
- Imediata descriminalização e legalização das drogas.
- Fim da legislação repressiva e de criminalização dos pobres, das lutas e dos movimentos sociais. Fim da portaria de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) das Forças Armadas, da lei antiterrorismo e da lei das organizações criminosas. Não à intervenção no Rio de Janeiro!

- Desmilitarização da Polícia Militar, fim da Força Nacional de Segurança, fim das intervenções militares nas comunidades pobres; direito de greve e de sindicalização para as forças de segurança e chamado a que suas bases não acatem ordens de comandos e governos para reprimir as lutas da classe trabalhadora e do povo pobre. Direito dos trabalhadores e dos bairros pobres à autodefesa e ao armamento; eleição direta para delegados e juizes nos bairros, que devem ser controlados por comitês populares locais;
- Combate à corrupção com prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores; expropriação de suas empresas, que devem ser estatizadas sob controle dos trabalhadores. Nenhuma confiança na Justiça dos ricos!

II - O caminho é a luta: um chamado à Rebelião! Essas mudanças não virão das eleições. Só com os trabalhadores e o povo pobre nas ruas, na luta, com greve geral, criaremos condições para a mudança. Vamos usar a campanha eleitoral para fazer um grande chamado aos trabalhadores e ao povo pobre do nosso país à rebelião. Defendemos uma revolução socialista. Vamos chamar os de baixo a derrubar os de cima e tomar em suas mãos o destino do país.

III - Operários e povo pobre no poder: os de baixo devem governar através de Conselhos Populares. Queremos o país nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre. São os trabalhadores e trabalhadoras que devem decidir os rumos da política todo dia. É preciso construir conselhos populares e transformá-los em instâncias reais de governo, com poder efetivo, formados por conselheiros eleitos em assembleias, com mandatos revogáveis. Os conselhos devem decidir sobre 100% do orçamento. Só um governo socialista dos trabalhadores, formado por conselhos populares vai governar apoiado na mobilização e organização dos de baixo e aplicar um plano econômico contra a burguesia capaz de mudar de verdade o país. Essa luta deve estar ligada à luta contra a exploração e o capitalismo em todo o mundo. A classe trabalhadora de todos os países deve se unir. O socialismo que queremos construir não é em um só país, é no mundo inteiro.

## **UM PROGRAMA PARA A CLASSE TRABALHADORA GOVERNAR O DF!**

### **CONSELHOS POPULARES PARA GOVERNAR O DISTRITO FEDERAL**

É preciso estatizar as grandes empresas capitalistas e colocá-las sob o controle dos trabalhadores, e, dessa maneira, organizar a economia do DF e do país em função das necessidades da população e não mais a serviço do lucro de um punhado de parasitas. Nosso governo se apoiará na mobilização e organização dos trabalhadores, dos setores mais pobres, explorados e oprimidos da sociedade. Propomos governar com e para esses setores, através dos Conselhos Populares.

- A população terá pleno acesso a todas as informações sobre os recursos financeiros e será ela quem decidirá onde deverão ser aplicados e como será o orçamento público.
- As empresas públicas e estatais serão administradas por Conselhos Populares eleitos pelos servidores públicos e com fiscalização da população. As Regiões Administrativas também serão governadas por Conselhos Populares de caráter deliberativo. No nosso governo, somente servidores de carreira, eleito pelos seus pares, assumirão as pastas e os cargos de chefia no GDF, com mandatos revogáveis. Não governaremos com cargos comissionados, acabaremos com essa prática nefasta.
- Combateremos o clientelismo, o nepotismo e o favorecimento de interesses privados, não cairemos no jogo sujo do “toma lá dá cá” do executivo com a CLDF, das “emendas parlamentares” que incentivam os currais eleitorais. Combateremos as “mordomias” e nosso candidato a governador se compromete a abrir mão do salário de governador e continuará recebendo o salário de professor. O mesmo faremos com os cargos do executivo

do governo e com qualquer de nossos candidatos caso eleitos: ninguém receberá mais que o seu salário de origem ou o salário de um professor.

## **ORÇAMENTO PÚBLICO PARA ASSEGURAR SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE**

O orçamento previsto para o DF esse ano é de 42 bilhões de reais, sendo que cerca de 26 bilhões de reais são de arrecadação própria e outros 16 bilhões são provenientes do Fundo Constitucional, repassado pela União. Cerca de 13 bilhões serão gastos com a folha de pagamento. Para o ano que vem Rollemberg prevê a redução do orçamento para 39 bilhões, o que não parece nada razoável, tendo em vista que o GDF aumentou em 7,19% sua arrecadação em 2018.

A maior parte da arrecadação própria do GDF vem do ICMS, o que torna muito importante ter uma economia aquecida que possa garantir mais verbas para os cofres públicos. Rollemberg deve repassar somente esse ano para o setor empresarial cerca de 1,6 bilhões de reais através de isenção do ICMS, mais de 600 milhões de reais com o pagamento da dívida pública. Rollemberg alega falta de verbas públicas provocadas pelos governos anteriores para justificar sua política de ajuste fiscal, que tem como consequência o arrocho salarial dos servidores públicos e o quadro caótico dos serviços públicos do DF.

Rollemberg não fala que a dívida ativa do DF está em torno de 31 bilhões de reais e que somente 1% dessa dívida tem sido recuperada, em razão do total sucateamento dos órgãos de fiscalização tributária do DF, como denuncia Sindicato dos Procuradores do DF (SindProc). Além do mais, o processo de terceirização no DF consome a maior parte das verbas de custeio (4,5 bilhões por ano) e são recorrentes os escândalos de corrupção envolvendo as empresas terceirizadas. Como demonstram vários relatórios do TCDF, os contratos de terceirização são um ralo de dinheiro público.

- Auditoria popular da dívida pública do DF. Cessar imediatamente o pagamento da dívida e destinar toda a verba para a saúde pública.
- Auditoria popular rigorosa de todos os contratos de terceirização do GDF. Intervenção e estatização das empresas terceirizadas que roubaram dinheiro público do DF.
- Fim da política de isenção fiscal para as grandes empresas, promover um processo minucioso de investigação dessas isenções.
- Suprir toda a carência de servidores das áreas de fiscalização tributária. Organizar uma força tarefa para arrecadar a maior parte do estoque da dívida ativa. Confiscar os bens das grandes empresas e dos grandes devedores para garantir o ressarcimento aos cofres públicos.
- Congelar e diminuir o valor do IPTU das propriedades em áreas mais pobres e aumentar o valor das grandes propriedades e áreas nobres do DF.

## **CONFISCAR O BENS DOS CORRUPTOS E CORRUPTORES**

A corrupção é uma praga que consome as instituições públicas. A natureza da corrupção nas instituições estatais concretiza-se com a relação de favorecimento entre os órgãos públicos e as empresas privadas. O ciclo de corrupção começa no momento em que os grandes empresários financiam as campanhas dos partidos e políticos e depois cobram a conta do dinheiro “investido” (de origem corrupta na maioria das vezes) nas campanhas. A corrupção é parte da sociedade capitalista, uma maneira de garantir que o estado seja governado a serviço dos interesses de um punhado de burgueses. Somente um processo de estatização das grandes empresas e meios de produção, e a organização da sociedade por meios de conselhos populares pode acabar com a corrupção de uma vez por todas.

- Auditoria popular de todos os contratos e convênios do GDF.
- Confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores. Estatização, sem indenização, das empresas envolvidas em corrupção e desvio de dinheiro público.
- Estatização de todas as empresas e confisco dos bens dos empresários que organizarem cartéis.
- Garantir a população a deliberação sobre os recursos e as políticas públicas, através de conselhos populares.

- Eleição de todos os cargos de chefia do GDF pelos servidores, com mandatos revogáveis.

## **UM PLANO DE HABITAÇÃO POPULAR, A CIDADE PARA OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS!**

O DF amarga um dos maiores déficits habitacionais do país, 12,5% das famílias do DF, ou seja, 125 mil unidades habitacionais precisam ser construídas. Esse é um problema histórico no Distrito Federal, que tem sua origem na política de higienização social do Plano Piloto e das áreas nobres, levada cabo por todos os governos desde a fundação de Brasília. Rollemberg não fez diferente, manteve uma política impiedosa de despejos forçados, colocando a mingua milhares de famílias desde o início de seu governo. Por outro lado, seguiu com a política de expansão do Noroeste e de entrega das terras do DF para as grandes empreiteiras e aos especuladores. Além do mais, com o seu plano de ajuste fiscal, interrompeu o pagamento de benefícios fundamentais como o auxílio-aluguel e está sucateando o serviço de assistência social do DF. Auditoria realizada pelo TCDF em 2016, constatou inúmeras irregularidades no programa habitacional do GDF, “Morar Bem”, que segundo esse mesmo relatório atendeu somente 5,68% da demanda existente entre as famílias da faixa 1 (até 2 salários mínimos), enquanto atendeu mais de 23% da demanda da faixa 4 (renda de mais de 5 mil reais). Mostrando que a política de habitação social de Rollemberg e Agnelo está voltado para os interesses das grandes empreiteiras. Entre 2011 e 2016 o GDF gastou apenas R\$ 435 mil para a construção de unidades habitacionais. Nesse mesmo período o GDF desembolsou em média ridículos 30 milhões de reais por ano para estrutura de conjuntos habitacionais.

O DF tem um dos maiores estoques de terras públicas do país sob controle de uma empresa estatal, a TERRACAP. Nosso estado também possui uma empresa pública de construção civil, a NOVACAP. É preciso garantir que os servidores públicos e a população comandem diretamente essas duas estatais através de conselhos populares. A TERRACAP teve um lucro de 267 milhões em 2017 (depois de sofrer um rombo de 1,3 bilhões com a construção do Mané Garrincha). No entanto a TERRACAP não gastou um único centavo com a manutenção de pontes, passarelas e viadutos, ou com a construção de quadras esportivas, ou com ciclovias. E, gastou irrisórios 5 milhões para infraestrutura de parcelamentos habitacionais. O GDF destinou apenas 25 milhões do orçamento para Fundo Distrital de Habitação de interesse social do distrito federal – FUNDHIS para esse ano. Empresa estatal não é para dar lucro, é pra garantir direitos e o bem-estar dos trabalhadores. Todo esse lucro deveria ser investido na construção de casas e para a infraestrutura do DF.

- Garantir 5% do orçamento do GDF para resolver o problema do déficit habitacional, que ficaria zerado em 4 anos.
- Garantir auxílio-aluguel para todas as famílias aptas a receber o benefício.
- Garantir a regularização das ocupações, bairros e condomínios sem cobrar novos custos da população.
- Através da NOVACAP e TERRACAP, sob controle dos trabalhadores, organizar um plano de obras públicas para resolver os problemas de infraestrutura e moradia. Construir restaurantes e lavanderias comunitárias em todos os bairros pobres do DF.
- Auditoria popular sobre os processos de concessão de alvarás para as grandes empreiteiras e dos leilões de terra da TERRACAP. Confiscar, sem indenização, todos os imóveis e terras cedidos de maneira corrupta às grandes empresas.
- Garantir aos movimentos sociais sem-terra e sem-teto a cessão de terras públicas para a construção de casas e para a reforma agrária.
- Parar imediatamente a política despejo das ocupações e dos bairros pobres.
- Garantir a regularização das ocupações urbanas consolidadas, sem custo adicional para a população.

## **SAÚDE PÚBLICA: ESTATAL, 100% SUS, HUMANIZADA E DE QUALIDADE. FIM DA PRIVATIZAÇÃO!**

Não é novidade que o sistema de saúde do DF é um caos, resultado da política de sucateamento da saúde pública desenvolvida pelos governos do DF e pelo governo federal desde sempre. Hoje o DF acumula um déficit de 5 mil leitos hospitalares, sendo pelo menos 300 de UTI. Ao invés de abrir novos leitos o GDF

fechou 817 leitos nos últimos 5 anos, principalmente pela carência de profissionais da saúde na rede. As filas de espera por atendimento e a falta de medicamentos e itens básicos de trabalho para as equipes de saúde são parte da rotina do DF. Rollemberg reduziu em 51% os investimentos em saúde durante seu mandato. Entre 2014 e 2016, cerca de 1/3 das verbas para a manutenção dos equipamentos hospitalares deixou de ser usada, um montante de mais de 20 milhões de reais, segundo relatório do TCDF. Esse mesmo relatório também demonstra que as empresas contratadas para fazer a manutenção dos equipamentos não cumprem os contratos e que o GDF não faz nada a respeito dessa situação. Ao contrário disso, o GDF repassou, entre out/2015 e mar/2016, 500 mil reais indevidamente as empresas por serviços de manutenção que não foram executados.

A política de Rollemberg, assim como dos governos de Roriz, Arruda e Agnelo, é privatizar a saúde do DF. Por isso criou o Instituto Hospital de Base (IHB), que no seu estatuto cria mecanismos para garantir que serviços e espaços do Hospital de Base possam ser comercializados, colocando em risco inclusive a gratuidade e o acesso universal aos serviços de saúde desse hospital. Rollemberg também segue com a política de entrega de dinheiro público as grandes empresas de serviços hospitalares. Um exemplo dessa política é o contrato da empresa Domed Produtos e Serviços de Saúde Ltda. contratada, por dispensa de licitação, para administrar 13 leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) do Hospital das Clínicas de Ceilândia, destinados a pacientes da rede pública. O valor da terceirização é de R\$ 28.064.824,45 anuais. No entanto com esse mesmo valor seria possível garantir abertura e funcionamento de 31 leitos de UTI na rede pública pelo mesmo período, segundo os dados de custos da própria Secretaria de Saúde.

Além de garantir investimentos para a abertura e construção de novas unidades de saúde é preciso garantir uma revolução na política de saúde preventiva, ampliando as equipes de saúde da família para garantir a cobertura de 100% dos domicílios do DF, estratégia fundamental para diminuir a superlotação dos hospitais. Em 2016, foram feitas 9.149.777 consultas. No entanto, em 2017, os atendimentos à população recuaram para 9.021.798. Cento e vinte e sete mil a menos. Hoje o programa saúde da família cobre cerca de 39% da população do DF e funciona de forma precária pela falta de estrutura de apoio e condições de atendimento por parte das equipes.

Infelizmente a sistema de saúde do DF tem se notabilizado pelos sucessivos escândalos de corrupção. Desde o processo de privatização do Hospital de Santa Maria, no governo Arruda, até a operação Drácon que investiga esquema de repasse ilegal de verbas públicas para hospitais privados no governo Rollemberg, com a participação da cúpula dirigente da CLDF.

- Fortalecimento do SUS.
- Nossa prioridade será a Atenção Básica com ações de saúde individuais, familiares e coletivas que tenham como objetivo a prevenção, diagnóstico e tratamento da população. Fortalecer e ampliar o número de equipes de saúde da família para garantir cobertura de 100% da população do DF. Garantir estrutura, insumos e equipamentos para que essas equipes possam de fato cumprir suas funções com qualidade.
- Investir em uma rede de saúde única e integrada, com ambulância e transporte gratuito, garantindo que os pacientes, se necessário, sejam redistribuídos, atendidos e tenham seus problemas resolvidos.
- Auditoria popular de todos os contratos da Secretaria de Saúde do GDF. Estatização, sem indenização de todos os hospitais privados e empresas privadas de saúde envolvidas em esquemas de corrupção, ou com contratos superfaturados.
- Fim da política de terceirização e mercantilização da saúde. Fim do Instituto Hospital de Base e da concessão dos aparelhos e instituições públicas de saúde para empresas privadas.
- Parar de pagar a dívida pública do DF e usar todos os recursos para abertura de novos leitos, construção de novas unidades de saúde e para manutenção e compra de equipamentos, insumos e maquinário para os hospitais.
- Nomeação imediata de todos os concursados e abertura de novos concursos para a secretaria de saúde.

- Organizar um plano de vacinação nas escolas, como medida urgente para garantir a imunização da ampla maioria das crianças e adolescentes. Intensificar a campanha de informação e educação sobre a importância das vacinação.
- Reestruturar os CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), abertura de novas unidades, com garantia de espaço físico adequado e contratação de mais profissionais. Garantia de atendimento humanizado. Construção de uma política antimanicomial, com fiscalização rígida das clínicas privadas de atendimento a dependentes químicos e pessoas com transtornos psicológicos. Fim dos convênios com clínicas privadas. Garantia de passe-livre aos pacientes em tratamento continuado no CAPS.
- Mover processo político-judicial para garantir ao GDF a compra de derivados da *Cannabis* (Canabidiol, entre outros) para garantir tratamento a pacientes epiléticos, portadores de Parkinson, entre outros e também para efetivação de uma política de redução de danos a dependentes químicos (sob gestão direta dos CAPS), com distribuição gratuita ao necessitados.
- Reformular o projeto dos centros de ensino especial, reformando, ampliando e construindo novas unidades. E, garantir a integração das equipes de saúde e pedagógica. Oferecer atendimento de saúde às pessoas com necessidades especiais nos próprios centros de ensino especial que deverá contar com uma equipe multiprofissional (neurologista, enfermeiro, fonoaudiólogo, psicólogo...) e estrutura adequada.
- Ampliação do atendimento odontológico, construção de novas unidades e revitalização das unidades existentes.
- Fim da violência obstétrica. Criação de um plano com metas claras para desenvolvimento do parto humanizado em todos os hospitais do DF. Garantir sala de parto humanizado em todos os hospitais do DF.
- Criação de um centro de saúde especializado para transexuais e travestis. Garantia de realização na rede pública de saúde, de forma desburocratizada, da cirurgia de redesignação sexual.

### **GARANTIR EMPREGO E RENDA, ATACAR A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!**

O desemprego é uma realidade brutal que atinge a grande parte das trabalhadoras e trabalhadores do DF. Atualmente 19,2% da população economicamente (PEA) ativa está desempregada, mais de 315 mil desempregados. Entre as mulheres a taxa de desemprego é ainda maior, chegando a 21%. Esse quadro é pior nas regiões mais pobres das cidades que apresentam índices acima de 25% de desempregados. É um dos piores indicadores do país. Em função disso, no DF são 188 mil pessoas que trabalham de maneira autônoma, sem acesso a boa parte dos direitos trabalhistas. Entretanto esses dados são ainda maiores se considerarmos uma parcela dos trabalhadores que desistiu de procurar emprego e acabam não sendo captados pelas estatísticas de desemprego. Em 2016, o IBGE divulgou que 54,1% dos trabalhadores do DF estão desocupados (fora do mercado de trabalho).

Além do desemprego, os trabalhadores e trabalhadoras do DF amargam com a brutal desigualdade social, que atinge mais violentamente a população negra. A renda média de pessoa branca no DF é de R\$ 5.334,00, enquanto dos negros é de R\$ 2.811,00, praticamente a metade. A população LGBT também sofre de maneira mais aguda com a falta de emprego e a desigualdade de renda. Isso gera um quadro em que, por exemplo, grande parte das transexuais e travestis estejam em situação de prostituição. A LGBTfobia institucional tem como consequência, inclusive, o fato de que não há, por parte dos órgãos públicos, dados precisos e oficiais sobre a situação de renda e emprego de LGBT's no DF.

A desigualdade de renda também se expressa pela diferença entre as cidades. Enquanto no Lago Sul a renda domiciliar é de 27,5 salários mínimos em média, na Fercal, Estrutural e Varjão não chega a 3 salários mínimos.

Existe também uma enorme contradição no DF que aprofunda essa situação de desemprego e subemprego: a capacidade produtiva ociosa do setor industrial. Atualmente, segunda a FIBRA, cerca de 50% da capacidade industrial instalada está ociosa. Resultado de uma política de ajuste fiscal que está

estrangulando a economia do DF. Caso acabasse essa ociosidade, somente no setor industrial poderiam ser gerados, de maneira rápida, cerca de 85 mil novos empregos.

- Organizar um plano de obras públicas para garantir infraestrutura e gerar novos empregos
- Garantia de isenção de impostos para os desempregados e passe-livre àqueles que estão fora do mercado de trabalho.
- Reformulação e ampliação do projeto da Fábrica Social. Igualar o valor do benefício recebido pelos estudantes da Fábrica Social ao salário mínimo. Expandir o número de cursos e implementar o projeto da Fábrica Social em todas as cidades do DF.
- Fim dos processos de demissão dos trabalhadores terceirizados nos serviços públicos. Criação de uma empresa estatal de serviços gerais, que deve absorver os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas que estão atuando nos órgãos públicos, garantindo estabilidade no emprego. Intervenção estatal em todas as empresas terceirizadas que demitirem os trabalhadores em massa.
- Cotas raciais para todos os concursos públicos do DF, adotando o percentual de reserva de vagas igual ao censo da população negra do DF, que representa quase 60% da população.
- Fim da perseguição aos camelôs e ambulantes.
- Cotas para transexuais e travestis nos concursos públicos e para as instituições de ensino superior e técnico do DF.

### **VALORIZAR O SERVIDOR PÚBLICO PARA GARANTIR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS À POPULAÇÃO**

Para garantir à população serviços públicos de qualidade é fundamental valorizar e investir nos servidores públicos. Por outro lado, boa parte da economia e do PIB do DF é movida pelo consumo advindo dos salários dos servidores. É necessário reverter radicalmente a política implementada por Rollemberg junto aos servidores públicos: são anos de congelamento salarial, retirada de direitos, não convocação de concursados, terceirizações e privatização dos serviços públicos.

- Garantir imediatamente o cumprimento da lei de recomposição salarial dos servidores públicos, abrir novos concursos para suprir a falta de pessoal, reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais a todos os servidores do GDF.
- Pagamento das pecúnias e dívidas do GDF com os aposentados.
- Restituição de todos os valores retirados do IPREV pelo governo Rollemberg e criação de um conselho gestor eleito diretamente pelos servidores públicos do DF, com mandatos revogáveis.
- Não enviar à CLDF, nem criar, leis e projetos que retirem direitos dos servidores. Garantir a paridade salarial dos servidores aposentados com os trabalhadores da ativa. Não aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que deteriora os serviços públicos.
- Criar lei da data-base dos servidores públicos, respeitar o direito de greve e negociar com as categorias, os sindicatos, na perspectiva de atender suas pautas de reivindicações.

### **POR UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, 100% ESTATAL E DE QUALIDADE!**

A rede pública de educação do DF conta hoje com cerca de 280 mil estudantes. São mais de 600 escolas espalhadas pelo DF. Entretanto o quadro da educação pública é de abandono. Relatório do TCDF de 2014 aponta que 80% das escolas do DF precisam de reparos médios ou grandes, quadro que não sofreu grandes alterações durante a gestão de Rollemberg. Relatório do TCDF também revela que em 2014 a demanda de professores efetivos na rede era de 2.641, sendo que o concurso público realizado em 2013 visava o preenchimento de apenas 749 destas carências. Em 2017, novo concurso disponibilizou mais 697 vagas, o que não resolveria nem mesmo o déficit que já havia em 2014 e que aumentou nesses últimos 4 anos. Há também uma elevada carência de profissionais da carreira Assistência, totalizando 2.609 cargos não preenchidos. Algumas áreas ficaram sem concurso por mais de 10 anos, por exemplo orientador educacional. Além disso, várias cidades satélites não possuem unidades escolares em quantidade suficiente para atender a população local, obrigando milhares de estudantes a se deslocarem para outras cidades satélites para conseguir vaga, a exemplo do Itapoã, que apresenta um déficit de cerca de 5 mil



vagas nas escolas. E, em muitos casos provocando também a superlotação das salas de aulas e das unidades escolares.

Além dos problemas de estrutura que atingem a educação pública, nos últimos anos iniciativas de reformulação das grades curriculares e dos processos avaliativos, tais como a semestralidade e os ciclos, foram feitas de maneira atabalhoada, sem respeitar a opinião dos trabalhadores de educação e tem gerado ainda mais problemas no sistema educacional do DF. Mas o quadro ainda pode piorar, pois a bancada conservadora da CLDF e do Congresso Nacional tem feito esforço para impor a Lei da Mordaça (escola sem partido), que ataca o direito à autonomia pedagógica e impede que a escola cumpra seu papel de construção de um processo de aprendizado crítico com base no respeito à diversidade humana.

Há também um problema sério no que diz respeito a educação superior no DF, pois há somente uma universidade pública, a UnB, mantida pelo governo federal e o IFB (que também oferece cursos de graduação e pós-graduação). O GDF possui apenas a FEPECS que oferece apenas 2 cursos de graduação. Todos os anos cerca de 70 mil estudantes saem do ensino médio, mas são oferecidas um pouco mais de 8 mil vagas em no ensino superior público. Essa política tem beneficiado as faculdades particulares que oferecem mais de 80% das vagas no ensino superior no DF.

- Implantar a educação integral na rede pública de ensino, garantindo que as escolas sejam devidamente estruturadas para o atendimento em tempo integral: vestiários, refeitório, alimentação adequada oriunda da agricultura familiar, quadra esportiva coberta, salas de leitura, armários para estudantes e auditório.
- Incentivar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a qualificação profissional. Expandir as matrículas correspondendo à demanda social por educação profissional, para que os estudantes façam a transição do sistema educacional para o mundo do trabalho em condições mais favoráveis.
- Aplicar as verbas públicas da educação somente nas escolas públicas. Aumentar as verbas do PDAF e acabar com o contingenciamento dessas verbas! Garantir pelo menos 30% do orçamento do DF para a educação pública. Fim de qualquer repasse de verbas públicas para a rede privada de ensino.
- Combateremos as políticas de sucateamento da educação pública, contra a privatização, terceirização, meritocracia, fechamento de escolas, a extinção da Educação de Jovens e Adultos e o congelamento de verbas destinadas à educação. Ampliação da educação no período noturno e ampliação das vagas no EJA.
- Aumentar o número de escolas no DF, garantindo aos estudantes que possam estudar mais perto de suas casas. Reforma das escolas públicas, chega de fazer só maquiagem durante o período de férias. Construção de creches para zerar o déficit de vagas na educação infantil e fim da privatização na educação. As escolas públicas devem ter gestão 100% estatal.
- Fortalecimento e ampliação das Escolas-parque. Todas as cidades satélites do DF devem ter escolas-parque. Criar pelo menos mais 3 escolas de música no DF.
- Gestão democrática de verdade. Eleição dos diretores regionais de ensino, com mandatos revogáveis. Defesa da autonomia das escolas e da gestão democrática! Nenhuma imposição de política pedagógica sem aprovação da categoria do Magistério! Fortalecer e garantir o funcionamento do conselho escolar e a realização periódica das assembleias escolares.
- Organizar um amplo processo de discussão (seminários, conferências, etc.) com os trabalhadores da educação pública e os estudantes do DF (sem a presença dos setores patronais) sobre os ciclos e a semestralidade. Ao final criar um mecanismo democrático para que os estudantes e os educadores da rede pública decidam sobre o modelo pedagógico a ser implantando na rede pública do DF.
- Organizar um campanha permanente de combate à discriminação nas escolas, combater o machismo, o racismo e a LGBTfobia dentro das escolas. Não à Lei da Mordaça (escola sem partido).
- Contratação imediata de todos os aprovados no último concurso da Secretaria de Estado da Educação e abertura de novas vagas para acabar com o déficit de profissionais.

- Garantia de 50% da jornada do magistério para a coordenação pedagógica e redução do número de estudantes por sala de aula de acordo com as demandas da categoria.
- Garantir a presença de equipes médicas e psicopedagógicas multidisciplinares em todas as unidades escolares do DF, para atendimento, diagnóstico e tratamento dos estudantes com transtornos psicológicos e emocionais.
- Em colaboração com a UnB, Universidades e Institutos Técnicos Federais incentivar a política de cotas no acesso às vagas.
- Criação de uma Universidade Distrital Pública, usando o espaço ocioso do centro administrativo em Taguatinga.
- Contra a implantação da Reforma do Ensino Médio! Garantir e ampliar quantidade de matérias no currículo escolar nas escolas públicas do DF, não à BNCC. Contra qualquer processo de privatização do ensino médio.
- Através da FAP-DF criar bolsas de iniciação científica para os estudantes de ensino médio e para os estudantes do ensino superior do DF.
- Organizar uma política de financiamento para professores da rede pública implantarem projetos científicos, esportivos e culturais nas escolas públicas do DF, com garantia de compensação do tempo como hora-atividade.
- Criação de bolsa para estudantes do ensino médio que desempenhem atividades esportivas e/ou artísticas.

### **VALORIZAR A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DO DF, ENFRENTAR A INDÚSTRIA CULTURAL!**

Brasília sempre se destacou no cenário cultural do país e tem um importante gama de atividades culturais e artísticas. Infelizmente os governos do DF, inclusive o de Rollemberg, promoveu um processo agudo de sucateamento dos espaços culturais do DF, privilegiando a destinação de boa parte das verbas para grandes eventos e artistas ligados a indústria cultural. Assim, espaços importantes como o Teatro Nacional, o Museu de Arte de Brasília entre outros estão fechados ou funcionando em condições precárias. Como parte da política de ajuste fiscal de Rollemberg, Agnelo e do governo Temer o FAC (Fundo de Arte e Cultura) foi dilapidado debilitando esse instrumento fundamental para a realização dos projetos dos artistas locais. Rollemberg “pegou emprestado” cerca de 106 milhões de reais do FAC e agora quer aprovar projeto que desobriga o GDF a devolver esse recurso, que foi retirado ilegalmente durante seus anos de gestão no GDF.

Alvo de muitos debates nos últimos anos, a lei do silêncio em vigor, tem promovido uma enorme asfixia na cena musical de Brasília. A política de Rollemberg de uso seletivo da fiscalização dessa lei, aliada a truculência policial, tem provocado cenas lamentáveis, contra artistas e a população, principalmente no carnaval.

- Alterar a lei do silêncio e construção de um legislação local que garanta as apresentações musicais na cena noturna do DF.
- Ampliação do percentual da receita corrente líquida destinada ao FAC de 0,3 para 0,5%.
- Criação de um conselho popular de artistas e grupos culturais do DF para gerenciar os espaços culturais de maneira democrática.
- Construção de complexos culturais estatais (teatro, salas de exposição, cinemas...) em todas cidades do DF, principalmente nos bairros pobres.
- Reforma e reabertura dos espaços culturais fechados.
- Estatização da faculdade de artes Dulcina de Moraes, sob controle dos trabalhadores da instituição. O GDF deve garantir os custos de funcionamento da faculdade e garantir a gratuidade aos estudantes.
- Implementação de editais destinados aos artistas locais com concessão de bolsas e verbas aos grupos culturais para ocupar os espaços culturais do DF, garantindo eventos gratuitos à população.

- Revogação da Lei Distrital nº. 6094, de 2018 (lei da pichação), que permite a criminalização do grafite.

### **POR UMA FORÇA POLICIAL DESMITARIZADA, CONTROLADA PELA POPULAÇÃO!**

O Distrito Federal, segundo dados do Mapa da Violência, teve aumento dos números de homicídios entre 2015 e 2016, 6,6% de aumento. No DF, a taxa de homicídio é de 25,5 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Entre os jovens o índice é o dobro 50,4 a cada 100 mil habitantes. Em junho desse ano somente em junho foram cometidos 40 homicídios.

Nesse mesmo período, o DF registrou os seguintes índices em relação às mulheres: taxa de homicídios de mulheres Alta de 8,3%; Taxa de homicídios de mulheres negras Alta de 11,4%; Taxa de homicídios de mulheres não negras Queda de 10,8%. Como os dados revelam o racismo tem forte impacto nos casos de homicídios. Enquanto caiu os dados de homicídio de mulheres não-negras, subiu o número de mulheres negras assassinadas. Dados de janeiro deste ano mostram que por mês 1,2 mil mulheres são vítimas de violência. Em 2018, já ocorreram 15 feminicídios. 2017 fechou com um aumento de mais de 32% nos casos de estupro. Apesar desses dados estarrecedores o DF conta com apenas uma DEAM (delegacia de atendimento às mulheres) e não possui vagas em casas-abrigo para atender a demanda de mulheres vítimas de violência doméstica. Infelizmente os números de violência contra mulheres é seguramente maior do que apontam as estatísticas oficiais, tendo em vista que muitas não denunciam em função da total falta de estrutura do estado para garantir a proteção às mulheres vítimas de violência.

Esses números mostram a crise social que está instalada no DF e no país, o grande responsável pelo quadro de violência urbana. Em 2018, são registrados em média 1,1 mil ocorrências por dia no DF. Infelizmente a política de segurança pública é voltada para aumentar o aparato de repressão estatal, ao invés de garantir investimentos em políticas públicas para acabar com a desigualdade social. A PM, a PCDF e a secretaria de segurança pública do DF são geridas de forma ditatorial pelo alto-comando das forças policiais, sem a participação dos trabalhadores na construção do plano e nas ações de segurança. O resultado é que são inúmeros os casos de abuso policial. E, não há melhoria nenhuma com essa política dos índices de violência no DF. Não é possível resolver o problema da segurança pública sem a desmilitarização das forças policiais, tarefa que está restrita a competência da União infelizmente. A política de encarceramento em massa, não surte nenhum efeito, e condena negros e pobres a viverem em masmorras insalubres, na maioria das vezes sem direito a julgamento.

- Fim da tropa de choque e garantia da liberdade de expressão e manifestação.
- Criação de um conselho popular de segurança pública, gerido pelos trabalhadores, que deve submeter e determinar todo o plano de ação das forças policiais do DF.
- Criação de DEAM's em todas as cidades satélites. Qualificação do corpo de atendimento dos servidores da PCDF para acolher mulheres vítimas de violência.
- Organizar uma divisão policial especializada na proteção de mulheres vítimas de ameaças. Compra de material de rastreamento (tornozeleiras eletrônicas, etc.) para efetivar o cumprimento das medidas protetivas para as mulheres ameaçadas.
- Criação de uma ouvidoria popular de segurança pública, formada por civis, totalmente independente das instituições policiais para fiscalizar, investigar e punir abusos policiais.
- Acabar com o registro de auto de resistência nas ocorrências policiais do DF. Todo homicídio cometido por policiais em serviço vai ser rigorosamente investigado com a garantia de uma auditoria independente da investigação.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO MACHISMO, RACISMO E A LGBTFOBIA!**

#### **COMBATER O RACISMO:**

O Distrito Federal é majoritariamente negro, 56,2% da população é negra. Sendo que em regiões como na Estrutural ou a Fercal mais de 75% da população se declara negra. Enquanto no Plano Piloto somente 20%

se declara negra. É visível que nas regiões mais pobres da cidade a presença de negros é maior. É um cenário resultado do processo histórico de segregação e discriminação racial no Brasil. Em 2017, foram 431 ocorrências de injúria racial registrados oficialmente no DF. Acreditamos na necessidade de garantir reparação histórica aos negros e às negras.

Infelizmente a discriminação racial, os ataques a terreiros e espaços das religiões afro-brasileiras e o genocídio da juventude negra das periferias são uma triste realidade no país e no DF. Acreditamos na necessidade de garantir reparação histórica aos negros e negras.

- Criação da Secretaria da Igualdade Racial no DF, que deve ser gerida de maneira democrática pelo conjunto de organizações do movimento negro no DF, através de conselhos populares.
- Criar um subsecretaria espacial de valorização da cultura negra e afro-brasileira, vinculada à secretaria de cultura com autonomia financeira para organizar eventos culturais no DF e verba específica para fomentar artistas e grupos artísticos que trabalhem a temática racial.
- Fiscalizar e garantir a aplicação da legislação educacional para que a história da África e do povo negro no Brasil seja de fato incorporado ao currículo escolar.
- Criação de lei distrital que puna qualquer estabelecimento comercial que cometa ou seja conivente com atitudes racistas, cassando o alvará do estabelecimento e estabelecendo multas para financiar as política de combate ao racismo.
- Criação de um plano de segurança específico para proteger os espaços das religiões afro-brasileiras.

#### COMBATER O MACHISMO:

Como já mencionamos anteriormente, as estatísticas de violência contra as mulheres são estarrecedoras. A cultura machista está impregnada na nossa sociedade e todos os dia atinge milhares de mulheres. Grande parte da violência machista é cometida por pessoas próximas as vítimas (maridos, pais, irmãos, etc.) e no próprio domicílio da vítima.

A cultura machista também tem um forte impacto econômico sobre as mulheres. No Brasil, a renda das mulheres é em geral 30% inferior à dos homens, no caso das mulheres negras é ainda pior, pois elas recebem em média menos de 50% do que recebe um homem branco. Além de possuírem menores salários, estarem em condições mais precárias de trabalho, ainda são empurradas a cumprirem a maior parte das tarefas domésticas, cumprindo dupla jornada de trabalho.

- Criação de uma bolsa-assistencial para mulheres vítimas de violência doméstica, no valor de um salário mínimo, garantindo que ela possa manter independência financeira e romper a dependência econômica do agressor.
- Garantir licença-paternidade de 60 dias aos servidores públicos do DF.
- Criação de casas-abrigo em todas as cidades do DF para acolher mulheres vítimas de violência.
- Criação da Secretaria de Mulheres do DF, que deverá ser gerida por conselhos populares.
- Construção e instalação de creches nos locais de trabalho ou próximas aos locais de trabalho, nos órgãos públicos do GDF.

#### COMBATER A LGBTFOBIA:

O Brasil sustenta a triste estatística de ser o país que mais mata LGBT's no mundo. A população LGBT também é mais afetada pelo desemprego e pela precariedade das relações e condições de trabalho. Há uma enorme dificuldade de organizar políticas públicas efetivas contra a LGBTfobia, em função dos escassos dados oficiais e pesquisas sobre a situação LGBT no DF e no país. As transexuais e travestis estão em situação ainda mais vulnerável, possuem baixíssima expectativa de vida (menos de 40 anos) e grande parte delas está em situação de prostituição.

No DF, a tipificação de crimes com conotação LGBTfóbica recentemente passou a ser usada nos boletins de ocorrência da Polícia Civil, mas a LGBTfobia institucionalizada leva a uma negligência grande dos agentes de segurança na hora de caracterizar essas ocorrências. Mas os dados levantados e relatório da CODEPLAN, revelam que grande parte dos agressores são próximos da vítima e a maior parte das agressões ocorre no ambiente doméstico da vítima.

- Criação e regulamentação de lei distrital que puna estabelecimentos que cometam ou sejam coniventes com práticas LGBTfóbicas, com multas e/ou cassação do alvará do estabelecimento.
- Criação de uma secretaria LGBT no DF, que deverá ser gerida por conselhos populares.
- Bolsa-assistencial para LGBT's vítimas de violência e garantia de atendimento especial para concessão de benefícios como o auxílio-aluguel.
- Garantia de utilização das casas-abrigo para a população LGBT.
- Criação de cartilha de combate a LGBTfobia a ser distribuída e utilizada em todas as escolas do DF.

### **POR UM TRANSPORTE PÚBLICO, TOTALMENTE ESTATAL, SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES**

O transporte público no DF sempre foi caro e ineficiente. Sempre apostou num modelo rodoviário, sem integração entre os diversos modais de transporte, e que é controlado por um punhado de grandes empresas, frequentemente envolvidas em escândalos de corrupção. O mais recente é o processo de fraude na bilhetagem do DFTRANS, que geravam repasses de até R\$ 500 mil por semana. O Distrito Federal tem uma das tarifas de transporte mais caras do país, de até R\$ 5,00 reais. Hoje os principais meios de locomoção são o ônibus e o carro. O metrô com um projeto ainda incompleto e que demorou 20 anos para entrar em funcionamento, é responsável por menos de 20% da demanda e tem um projeto limitado e ultrapassado para as necessidades do DF, além do mais tem sofrido com problemas técnicos há vários anos, em função da carência de servidores e pelo processo de terceirização da manutenção. A quantidade de ciclovias e ciclo-faixas ainda é muito baixa e não atende as áreas mais pobres do DF, onde a bicicleta é mais usada como meio de transporte. A consequência dessa política de mobilidade voltada para o lucro das empresas de ônibus é o quadro caótico do trânsito no DF e a luta diária pra conseguir entrar no metrô e nos ônibus lotados.

Atualmente 5 empresas privadas de ônibus (marechal, urbi, são José, piracicabana, pioneira) dominam mais de 95% das linhas de ônibus do DF e a TCB (empresa pública) pega apenas algumas poucas linhas no Plano Piloto. Algumas linhas regionais nas cidades do DF são operadas por "cooperativas" de transporte, mas respondem por menos de 3% das linhas de ônibus. A frota do DF é de cerca de 2 mil ônibus, divididos em 5 bacias regionais, modelo que entrou em vigor em 2013 depois de uma licitação que até hoje é investigada por suspeita de fraude e que oferece quantidade insuficiente de linhas para a população. O GDF repassa anualmente mais de 700 milhões de reais, entre repasses de subsídio para o passe-livre e isenção de ICMS sobre o diesel. Além do mais, toda a nova frota de ônibus do DF foi comprada por essas 5 empresas privadas com empréstimos a juros subsidiados pelo BNDES (PIRACICABANA recebeu 108 milhões, PIONEIRA recebeu 243 milhões, MARECHAL recebeu 112 milhões). É um verdadeiro absurdo, muito dinheiro público foi investido para garantir que um punhado de empresários lucrem com o transporte público. A título de exemplo, o que o GDF repassa em 1 ano para as empresas de ônibus seria o suficiente para dobrar a frota de ônibus.

- Fortalecer a TCB deve assumir o controle das linhas, todas as concessões vencidas, bem como as novas linhas, devem passar para o controle da TCB, rumo à estatização, sem indenização, das 5 megaempresas de ônibus do DF e incorporação ao patrimônio da TCB, que deve assumir todas as linhas de ônibus do DF. Dobrar a frota de ônibus do DF.
- Promover uma auditoria nas contas e contratos dessas 5 empresas e confiscar o bem dos seus sócios para garantir ressarcimento aos cofres públicos.
- Redução imediata de 50% em todas as tarifas de transporte e criação de um plano para chegar a tarifa zero em 3 anos. Criação da integração com bilhete único.
- Contratação de todos os aprovados no último concurso do Metrô-DF.

- Passe-livre estudantil sem qualquer restrição de linhas e números viagem por dia, inclusive no período de férias escolares.
- Reativação da linha de trens entre Luziânia e o Plano Piloto para transporte de passageiros, sob controle do Metrô-DF.
- Organizar um plano de obras viárias para implementar ciclovias e ciclo-faixas em todas as cidades do DF.
- Criação linhas expressas de eletrobus, VLP e VLT ligando Planaltina, Sobradinho, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga a rodoviária do Plano Piloto.

## **REFORMA AGRÁRIA RADICAL, PARA ACABAR COM O LATIFÚNDIO NO DF**

Hoje a agropecuária representa apenas 0,3% do PIB do DF. Desenvolveremos uma política que política que reduza a dependência dos produtos agropecuários, procurando barateá-los, incentivando a qualidade dos alimentos fornecidos à população. Por outro lado, as atividades agropecuárias podem servir para diminuir as desigualdades sociais, as péssimas condições de moradia, a violência urbana e a gerar milhares de empregos. Agregue-se a isso a premente necessidade de preservação do bioma cerrado, das fontes de água, investindo na agricultura que preserve o meio-ambiente. Essas são as metas que aplicaremos estando no governo, para reverter a queda da agropecuária no PIB do DF, que caiu 28,8% em 2015, segundo estudos da Codeplan.

Seguindo o quadro nacional, no DF vigora um processo brutal de concentração de terras rurais que são usadas para produção de commodities de exportação e não para garantir a soberania alimentar da população brasileira como mostram estudos da CODEPLAN e EMATER. Enquanto a agricultura familiar ocupa 10 mil hectares no DF, o agronegócio ocupa 240 mil hectares no DF, uma desproporção brutal. 75% da produção agrícola do DF é destinada para exportação. A grande propriedade rural representa 72,7% da área rural do DF, do total de grandes propriedades 55,7% são consideradas improdutivas (204 mil hectares). Outra dado também chama atenção 110 mil hectares de áreas rurais no DF, pertencem a órgãos públicos. Um estoque de terras que poderia ser usado para a reforma agrária.

Essa concentração de terra e a produção voltada para o agronegócio também fica claro quando vemos a safra do DF em 2016. Somente a soja e o milho, destinados quase exclusivamente para exportação, ocupam 124 mil hectares de terras rurais no DF, enquanto toda a produção de hortaliças e frutas ocupa apenas 9,6 mil hectares das terras rurais do DF. Enquanto o agronegócio produz 695 mil toneladas em 143 mil hectares, os pequenos proprietários produzem 286 mil toneladas de alimento em 9,6 mil hectares, um índice de produtividade muito superior.

- Fortalecer os órgãos públicos que desenvolvem as políticas para o desenvolvimento agrário do - Distrito Federal, principalmente a EMATER, em cooperação com a RIDE, valorizando as equipes compostas por técnicos, agrônomos, engenheiro agrimensor, dentre outros especialistas afins que trabalham com a agricultura familiar. O governo do DF deve atuar para desenvolver uma forte cooperação com os municípios da RIDE.
- Acelerar nas terras públicas rurais passíveis de destinação à assentamentos rurais, as demarcações, implantação, estudos e projetos de parcelamento de assentamentos da agricultura familiar, com o apoio técnico necessário. Fortalecer e ampliar as parcerias com o INCRA para promover a desapropriação de todas as terras improdutivas e destina-las aos projetos de assentamento rural para a agricultura familiar orgânica e ecologicamente sustentável.
- A agricultura familiar, o pequeno produtor rural e as cooperativas existentes devem ser protegidas e fortalecidas. Garantir o acesso ao crédito barato, através do BRB, a condições de produção, escoamento e comercialização. As compras públicas do governo do DF oriundas da agricultura, deverão ser compradas da produção da agricultura familiar.

- Priorizar a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, para abastecer a população do DF, se baseando nos princípios da agroecologia, investindo na agricultura seja ecologicamente sustentável. Fiscalizar rigorosamente o uso dos agrotóxicos.
- Investir na apicultura/meliponicultura (criadores de abelhas): o governo em parceria com as entidades dos apicultores/meliponicultores, deve desenvolver um plano de fortalecimento/criação de apiários/meliponários, para incentivar a produção, o consumo e a comercialização do mel e demais produtos das abelhas. Inserir o mel na merenda escolar das escolas públicas. Criar no Corpo de Bombeiros o serviço de captura e remoção de enxames, gratuito à população, e os enxames capturados deverão ser doados aos criadores de abelhas.
- Usar parte das terras públicas rurais do GDF para construir um projeto de hortos florestais estatais, destinado a produção agrícola ecologicamente sustentável, sem uso de agrotóxicos, e também para realização de pesquisas e proteção do meio ambiente.

### **PROTEGER O CERRADO E OS RECURSOS HÍDRICOS DO DF. ACABAR COM A OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO, ENFRENTANDO AS EMPREITEIRAS E O AGRONEGÓCIO!**

O Distrito Federal é composto fundamentalmente pelo bioma cerrado, que é infelizmente o bioma brasileiro mais ameaçado pela expansão agrícola e pela urbanização descontrolada. Os últimos anos, com um cenário de escassez hídrica grave no DF, mostraram o tamanho do problema que temos que enfrentar e o descaso com a preservação do cerrado por parte de todos os governos da história do DF. artigos de pesquisadores do Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS) mostram o cerrado perdeu 46% de sua vegetação nativa, e só cerca de 20% permanece completamente intocado, segundo os pesquisadores. Até 2050, no entanto, pode perder até 34% do que ainda resta. Relatório recente do IBRAM mostra que dos parques (ecológicos e urbanos) há um percentual de 43% de áreas degradadas pela ação humana. Outro dado importante diz respeito a reciclagem, somente 10% de todo o lixo do DF é reciclado.

Levantamento da CAESB mostra que o quadro de degradação do cerrado e a ocupação desordenada do solo tem como consequência a perda da qualidade dos recursos hídricos do DF. Por isso, nenhum dos cursos d'água utilizados pela CAESB para consumo humano foi classificado como ótimo, exigindo maiores custos para o tratamento e prejudicando a qualidade da água oferecida a população. No DF mais de 80% do consumo de água captada e distribuída vai para unidades residenciais. Sendo que 60% da água do sistema de Santa Maria vai somente para Plano Piloto, Lago Sul e Norte.

Em 2017, foi elaborado um plano de manejo hídrico do DF para abastecimento de água e esgoto, com metas até 2037. Esse plano, não reserva para o curto prazo nenhum centavo para a bacia do descoberto, responsável pela maior parte do abastecimento de água do DF e bacia mais ameaçada pela ocupação desordenada do solo. Também não há previsão clara para investimentos em medidas que garantam a utilização de água de reuso e águas cinzas, o que poderia diminuir consideravelmente a demanda de água. Assim o plano elaborado pelo GDF privilegia grandes obras para captação e ampliação do sistema de captação e poucos recursos para o processo de reuso de águas.

- Garantir prioritariamente a destinação dos recursos públicos para recuperação da bacia do Descoberto, que é a reserva hídrica mais ameaçada pela ação humana no DF.
- Aumentar significativamente os recursos e a contratação de servidores para o IBRAM e para os órgãos de fiscalização ambiental do DF.
- Expropriação, sem indenização, das grandes propriedades que não mantiverem cadastro atualizado no CAR (Cadastro Ambiental Rural) e/ou que não cumprirem com a legislação ambiental.
- Reformulação do plano de combate a incêndios florestais, garantindo recursos suficientes para as ações de prevenção, monitoramento, combate e educação ambiental.

- Revitalizar o SLU e garantir controle 100% estatal do manejo do lixo e dos resíduos sólidos do DF. Universalizar a coleta seletiva. Construir fábrica estatal de reciclagem sob gestão e controle do SLU.
- Reestruturar os convênios com as cooperativas de reciclagem de lixo para garantir os direitos de todos os trabalhadores, aumentar o valor dos contratos e garantir a construção de galpões de triagem com estrutura e maquinário moderno, sem custo para as cooperativas.
- Elaboração de um plano de reuso de águas e aproveitamento de águas cinzas para diminuir a demanda de consumo.
- Elaborar um plano de implementação de sistema de energia fotovoltaica (energia solar) para distribuição e instalação em unidades residenciais principalmente para a população de baixa renda.

### **ESPORTE: VALORIZAR O ESPORTE AMADOR E DEMOCRATIZAR O ACESSO AOS APARELHOS ESPORTIVOS.**

Há uma forte cultura governamental de dedicar boa parte das políticas públicas para o esporte, para os atletas de alto-rendimento, especialmente das modalidades olímpicas. Há pouca ou nenhuma preocupação de garantir políticas voltadas para o esporte amador e para outras modalidades. No nosso entendimento isso é um erro, pois não tem a perspectiva de incorporar a prática esportiva ao dia-a-dia dos trabalhadores e trabalhadoras, enquanto um processo de cuidado com a saúde e como espaço de lazer.

- Revitalizar todo o complexo esportivo do DF, e todo o complexo esportivo das escolas, como parte de um plano de obras públicas.
- Expandir a bolsa-atleta para as modalidades não-olímpicas.
- Garantir a inclusão da capoeira nas escolas públicas e espaços públicos para os grupos organizados de capoeira no DF, através de convênios.
- Fim da política de concessão dos aparelhos esportivos e centro-olímpicos para as empresas privadas. Garantir a gestão democrática dos aparelhos esportivos do DF, através de conselhos populares com a participação direta dos trabalhadores e trabalhadoras.
- Criar convênio com a UnB para garantir verbas para uma ampla reforma do Centro-olímpico da UnB.
- Organizar um calendário de competições esportivas destinadas a fortalecer o esporte amador no DF com inclusão de modalidades não-olímpicas.
- Desenvolver um programa específico para financiamento de projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais.
- Garantir maiores investimentos para adaptar os aparelhos esportivos às modalidades para-olímpicas e destinar mais investimentos para para-atletas.